

Obras suspeitas serão vistoriadas

Ministério Público vai analisar seis construções podem estar ferindo o projeto urbanístico de Brasília

André Garcia
Da equipe do **Correio**

O administrador de Brasília, Leônicio Carneiro, e os funcionários do Governo do Distrito Federal (GDF) responsáveis pela aprovação de projetos arquitetônicos e liberação de alvarás de construção de obras que estejam ferindo o Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília poderão ser processados pelo Ministério Público Federal por

improbidade administrativa.

O aviso foi dado pelo procurador da República Alexandre Camanho de Assis, diante da sucessão de obras aprovadas pela Administração de Brasília que, posteriormente analisadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mostraram-se em desacordo com as normas de construção previstas no Plano Urbanístico de Brasília — casos, por exemplo, do hiper-

Norte, e do estacionamento do centro de lazer Pier 21, na Avenida das Nações.

A abertura de processo contra os administradores públicos é uma das possíveis consequências de uma série de medidas que serão tomadas pelo Ministério Público Federal para tentar conter o que o procurador Camanho classifica de “processo de desfiguração de Brasília”. “Da forma como o GDF está agindo, só resta ao Ministério Público o caminho do confronto”, disse o procurador.

A primeira das medidas será a realização de vistorias independentes do próprio Ministério Público em seis obras com suspeitas de agressão ao patrimônio. Três delas já estão definidas: o hiper-



mercado Extra, o centro de lazer Pier 21 e o viaduto do Catetinho. As outras três Camanho prefere manter em segredo.

Nessas vistorias, que serão realizadas a partir da próxima semana, peritos do próprio Ministério

Público vão avaliar se os projetos de arquitetura e as obras de construção obedecem às normas previstas no Plano Urbanístico de Brasília. Se confirmadas as irregularidades já detectadas pelo Iphan, os peritos passarão a analisar os procedimentos adotados pela Administração Regional de Brasília, ou por outros órgãos do GDF, para aprovar os projetos e conceder alvará de construção. “Se a obra agride o patrimônio, queremos saber por que os agentes públicos responsáveis autorizaram”, afirmou o procurador. “Se não houver justificativa, eles devem ser responsabilizados”, emendou.

A partir de agora, todas as ações do Iphan contra obras que estiverem fora dos padrões de constru-

ção da área tombada pela Unesco serão impetradas na Justiça em conjunto com o Ministério Público Federal. A intenção é agilizar a paralisação dessas obras. “O Iphan deveria fazer isso sozinho, mas como as agressões estão se sucedendo o Ministério Público vai colocar sua grife nas ações do Iphan”, justificou o procurador.

O administrador Leônicio Carneiro disse que não teme nenhuma vistoria do Ministério Público Federal na Administração Regional. “Confio plenamente na minha equipe técnica”, afirmou. Segundo ele, nenhum projeto foi aprovado na sua gestão sem que o Iphan fosse consultado — apesar de o instituto dizer exatamente o contrário.